

# Subcomissão Eleitoral fixa o mandato em quatro anos

BRASÍLIA — A Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos decidiu ontem, por 11 votos contra 9, fixar em quatro anos os mandatos do Presidente da República, Governadores e Prefeitos, a partir das próximas eleições, contrariando a definição pelos cinco anos da Subcomissão do Poder Executivo. Por 14 votos a cinco, foi proibida a reeleição para todos esses cargos, prevista no anteprojeto do Relator, Deputado Francisco Rossi (PTB-SP).

Numa longa e tumultuada sessão, com mais de 80 pedidos de votação em separado, a Subcomissão Eleitoral decidiu que um candidato pode concorrer a dois cargos eletivos no mesmo Estado; manteve a obrigatoriedade do voto; diminuiu para 16 anos a idade mínima do eleitor; e admitiu o voto distrital, a ser regulamentado em lei complementar. Estabeleceu, também, que nas eleições para todos os cargos do Poder Executivo — de Presidente a Prefeito — será exigida a maioria absoluta dos votos, aí incluídas as cédulas em branco.

A Subcomissão reconheceu o direito de voto dos militares, exceto para os que cumprem o serviço militar obrigatório. E manteve mandatos de oito anos para os Senadores e de quatro para os Deputados.

A fixação do mandato presidencial em quatro anos pegou de surpresa os parlamentares peemedebistas defensores da tese, na maioria ligados ao Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas. Esse grupo, comandado pelo Deputado Róbson Marinho (PMDB-SP), festejou a decisão, embora indiretamente tenha trabalhado contra ela: com receio de que a votação resultasse num reforço à tese dos cinco anos, tentou evitar até mesmo a discussão do assunto. Róbson chegou a argumentar que a Subcomissão do Sistema Eleitoral "não era local adequado para definição de



Israel Pinheiro Filho fala, o Relator Francisco Rossi acompanha, atento

mandatos".

Defensores dos cinco anos, como o Secretário-Geral do PFL, Deputado Saulo Queiroz, e o Deputado Jaime Santana (PFL-MA), esforçaram-se para manter no anteprojeto o mandato de quatro anos, na expectativa de aumentá-lo, em seguida, através de uma emenda. A manobra não deu certo: o Presidente da Subcomissão, Deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), impediu a votação subsequente da emenda — que já havia autorizado — declarando que o artigo não poderia mais ser mudado.

— Hoje não vai ter jantar no Palácio da Alvorada — comentou, irônico, o Deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), ao ver confirmado o mandato presidencial de quatro anos. Saulo Queiroz protestou contra a decisão da Mesa, tentando conseguir que fossem ouvidas as fitas

magnéticas que gravaram a sessão e com as quais, segundo ele, seria possível comprovar que Israel prometera colocar em votação a emenda dos cinco anos.

— Precisamos saber se o Presidente nos ludibriou — disse Saulo, recebendo de Israel a sugestão de que recorresse à Mesa da Constituinte. Declaradamente favorável ao mandato presidencial de cinco anos, Israel supreendeu os demais membros da Subcomissão com seu esforço para que o artigo dos quatro anos fosse mantido.

— Ele quis evitar que os peemedebistas se expusessem, dividindo-se entre quatro e cinco anos — interpretou Saulo Queiroz. Praticamente todos os representantes do PFL, por sinal, acompanharam a tentativa de Saulo no sentido de introduzir os cinco anos.

## Ulysses: PMDB se desgasta se Carta for ruim

BRASÍLIA — A partir dos resultados das primeiras votações nas Subcomissões da Constituinte, onde o grupo "progressista" do PMDB teve suas teses derrotadas pelo bloco dos "conservadores", o Presidente do partido, Deputado Ulysses Guimarães, vem manifestando a preocupação com quem tem conversado sua preocupação com um eventual desgaste da agremiação, caso a nova Carta não venha a atender à expectativa popular.

Ele tem consciência, segundo parlamentares de sua intimidade, de que o PMDB, sendo majoritário, enfrentará dificuldades para explicar ao eleitorado por que suas teses partidárias — tão apregoadas em praça pública — não prevaleceram.

Os primeiros sinais de que a ala mais "progressista" do partido está sendo derrotada pela ala mais "conservadora" — que se tem aliado a partidos mais à direita, como o PDS, o PFL e o PTB — apareceram nas votações da Subcomissão da Reforma Agrária, onde o parecer do Relator, Deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), foi derrubado.

— Se a nova Constituição não sair boa, nós, o PMDB, vamos pagar um preço muito alto por isso — disse Ulysses, ontem, durante almoço com Deputados da Bahia no restaurante Piantella.

— Como justificar perante a opinião pública que as propostas progressistas caíram nas votações mas não foi o PMDB, partido majoritário, que as derrubou? — indagou um Deputado.

Ulysses Guimarães, que no domingo ouviu o Presidente Sarney defender a unidade partidária, ontem destacava a necessidade de coesão. A unidade do PMDB, a seu ver, deveria ser traduzida nas votações da Constituinte, com o que se chegaria à Carta prometida na campanha eleitoral.

# Relatórios atendem maioria dos pedidos

BRASÍLIA — O empresariado defensor da livre iniciativa está satisfeito, assim como estão contentes os proprietários rurais, militares e parlamentaristas. Os professores, índios, homossexuais e defensores da reserva de mercado também tiveram, no geral, seus interesses atendidos.

Mas nem mesmo os ganhos desses últimos no primeiro esboço da futura Constituição — os relatórios das Subcomissões — foram suficientes para dissipar o visível abatimento dos representantes da "esquerda" na Constituinte, derrotados nas questões relativas à ordem econômica, que consideram a "espinha dorsal" do projeto.

As votações do último final de semana fez, às vezes por pequena margem de votos, os primeiros derrotados e vitoriosos da Constituinte. Foi um episódio que, na opinião do Vice-Líder Antônio Brito (PMDB-RS), serviu para mostrar à "esquerda" — que perdeu as principais batalhas para os "conservadores" — a necessidade de uma maior articulação com o chamado "centro".

Encabeçam a lista dos vitoriosos os defensores da livre iniciativa, que na Subcomissão dos Princípios Gerais da Ordem Econômica derrubaram o parecer do Relator Virgildáσιο de Senna. Um dos participantes desse movimento, o empresário e Deputado Afif Domingos (PL-SP), afirmava ontem, satisfeito, que o relatório aprovado "tem uma boa posição, que revê o arcabouço do Estado fascista-corporativista, herdado da ditadura Vargas" e dá ao Estado uma posição equilibrada na economia, onde sua ação é admitida apenas supletivamente.

— O relatório busca manter o status quo — afirmou o Deputado Hélio Duque (PMDB-PR), que atribuiu a derrota das teses progressistas a



Roberto Cardoso Alves

um grupo de nove constituintes do PMDB que decidiu seguir a orientação de Roberto Campos e Delfim Netto.

Se os representantes dos grandes proprietários rurais não estão totalmente felizes, pelo menos estão "mais tranquilos e menos assustados", segundo o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Conhecido por suas ligações com o setor, a vitória deu segurança ao Deputado para afirmar que "a esquerda não tem gente, tem só barulho".

— O grande vencedor foi o interesse público — disse Cardoso Alves — e a grande derrotada foi a demagogia.

— Não foi a esquerda derrotada, foi o País, que retrocedeu mais de 40 anos em suas posições — avalia o Líder do PDT, Brandão Monteiro, para quem a Nação está ameaçada por dispositivos referentes à definição da empresa nacional, ao mono-



Antonio Brito

pólio do petróleo, à propriedade do subsolo e ao controle dos minérios.

Ironizando, Brandão Monteiro — que tentou, dias antes, articular um bloco progressista mais forte — disse que está pensando até em fazer um movimento para assegurar os princípios da ordem econômica expressos na Carta de 1967, que "é muito mais progressista". Ele acha que a esquerda se mostrou incompetente para fazer valer suas posições, mas a grande responsabilidade pelas derrotas foi do PMDB, que indicou para a Comissão da Ordem Econômica constituintes "comprometidos com interesses empresariais".

Paradoxalmente, vitoriosos foram também os trabalhadores, já que os conservadores, mais concentrados na ordem econômica, não conseguiram evitar a aprovação, na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, de propostas como a estabilidade no emprego e a jornada semanal de

40 horas. O Deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), ex-sindicalista, afirmou ontem que o anteprojeto consagra antigas reivindicações dos trabalhadores.

O mesmo aconteceu, segundo o Deputado e professor Hermes Zanetti, na Subcomissão da Educação, onde "o grande vitorioso foi o magistério", que teve a maioria de suas propostas aprovadas. Os índios também obtiveram uma razoável receptividade às suas reivindicações pela Subcomissão das Minorias, segundo explicou o representante Jorge Tereza, que vai lutar para manter os dispositivos aprovados. No campo das minorias, também foram aceitas as sugestões dos homossexuais, que conseguiram incluir no anteprojeto a proibição de qualquer discriminação por orientação sexual.

— Saiu tudo como nós queríamos — disse ontem o assessor parlamentar do Ministério da Marinha, Comandante Luiz Paulo Reguf, numa demonstração de que os militares também se encaixam na categoria dos vitoriosos. Segundo ele, o anteprojeto da Subcomissão da Defesa do Estado atendeu suas reivindicações ao manter a destinação constitucional das Forças Armadas e o serviço militar obrigatório e ao rejeitar a criação do Ministério da Defesa.

Entre vencedores e derrotados que circulavam ontem nos corredores do Congresso, havia um, pelo menos, que reunia as duas condições: O Relator da Subcomissão do Executivo, Senador José Fogaça, que perdeu quando a Subcomissão aumentou de quatro para cinco anos o período do mandato presidencial, mas ganhou com a aprovação de um sistema de Governo com características parlamentaristas. Nessa Comissão, aliás, é apontado um grande vencedor: O Presidente José Sarney, que manteve seu mandato em cinco anos.

# Lobistas comemoram vitória e prometem intensificar sua ação

BRASÍLIA — Mais do que o chamado bloco "conservador" de parlamentares, um grupo tinha ontem motivo especial para comemorar o resultado das votações na Constituinte: os lobistas das empresas nacionais, das multinacionais, dos banqueiros e da UDR (organização dos fazendeiros). Tendo trabalhado meses seguidos no anonimato, (detalhe fundamental para seu êxito), inventando estratégias para garantir seus interesses, o "lobby" da livre iniciativa agora canta vitória.

— O pau comeu solto, mas apesar da atuação da esquerda, o resultado, para nós, foi bom. Ficou tudo como estava, com regras um pouco mais rígidas, mas ficou — comentou um lobista de uma das grandes multinacionais que têm escritório em Brasília.

Ele reconhece, contudo, que as votações desta primeira fase foram "apenas o primeiro round e não estão valendo". Das inúmeras propostas discutidas, o assessor destacou dois pontos considerados fundamentais para as multinacionais: a definição de empresa nacional (a proposta aprovada facilita a instalação de multinacionais) e a derrota das propostas "progressistas" que visavam



a acabar com a remessa de lucros, o que obrigaria as empresas estrangeiras a reinvestir todo o seu lucro no Brasil.

— No fundo, quem vai mesmo desenhar a futura Constituição é a Comissão de Sistematização. E é aí que vamos concentrar nosso trabalho, numa ação conjunta de várias empresas junto aos parlamentares mais confiáveis. O perfil da Constituinte é conservador, mas temos que tomar cuidado com a esquerda, que é muito atuante — disse ele.

Para um influente diretor de banco, a principal vitória do setor foi a garantia da livre iniciativa, a partir da derrubada de todas as propostas estatizantes do grupo "progressista" da Constituinte.

— Nós, banqueiros, não estamos defendendo os bancos, e sim a livre iniciativa. A estatização já foi testada em vários lugares do mundo e não deu certo. O rumo desta primeira

etapa, para nós, foi bom, mas acho que as coisas têm que ser um pouco mais claras — afirmou o diretor.

O Presidente da poderosa UDR, Ronaldo Caiado, estava eufórico ontem com o resultados das votações. Tinha motivo: o anteprojeto da Subcomissão da Reforma Agrária, encampando todas as propostas "progressistas", como a limitação de terras, foi inteiramente derrotado.

— À esquerda é tão infantil e incompetente, que, se não existisse, teríamos de criá-la. Subestimaram a nossa capacidade e isso nos deu a vitória. Essa votação vai entrar nos momentos históricos da UDR — enfatizou Caiado.

Os assessores militares — um dos mais assíduos lobbies da Constituinte — também comemoravam: conseguiram manter o papel das Forças Armadas exatamente como está na atual Constituição. Satisfeita com os resultados, a assessoria da Marinha já começou a distribuir convites a 15 parlamentares para uma viagem ao Rio. O objetivo é mostrar-lhes, em três dias, a precariedade da Armada brasileira e conseguir verbas para o setor.

## Uma dificuldade: definir aquilo que é estratégico

BRASÍLIA — Caso a Constituinte venha a aprovar, sem modificações, os monopólios para a pesquisa e lavra de minerais estratégicos, como propôs a Subcomissão de Princípios Gerais da Economia, o maior problema será definir na prática o que são esses minerais.

Segundo o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, José Belfort dos Santos Bastos, a definição de mineral estratégico, no caso brasileiro, não pode ser baseada em conceitos antecipadamente estabelecidos, pois o termo pode ter diferentes significados, dependendo da ótica de análise e da sua abrangência — mundial, nacional, regional ou local — e também dos avanços tecnológicos ou da substituição de matérias. Em Manaus, por exemplo, não existem pedras para a construção civil — que são, portanto, altamente estratégicas para a região.

"De qualquer forma", afirma Belfort, "conceituar um mineral como estratégico não deverá jamais se comparar a uma lei física, imutável. Precisa ser conceito dinâmico, capaz de sofrer constantes revisões".

Conclui o Diretor-Geral do DNPM que a definição de um mineral como estratégico envolve alta complexidade. "Jamais deve ser dissociado das necessidades nacionais, mas também não deve ser matéria de xenofobismos exagerados que impeçam a sua substituição por novos materiais tecnologicamente até superiores".